

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	16

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	42
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	44
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	45
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	46

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	8.407
Preferenciais	135
Total	8.542
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	1
Total	1

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	566.355	574.847
1.01	Ativo Circulante	250.705	227.953
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	98.860	69.630
1.01.03	Contas a Receber	48.604	44.567
1.01.03.01	Clientes	48.604	44.567
1.01.06	Tributos a Recuperar	91.555	92.577
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	91.555	92.577
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.198	4.281
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.488	16.898
1.01.08.03	Outros	7.488	16.898
1.01.08.03.02	Outorga variável a faturar - Concessão	6.391	16.694
1.01.08.03.03	Adiantamentos a empregados	1.097	204
1.02	Ativo Não Circulante	315.650	346.894
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	121.311	150.618
1.02.01.04	Contas a Receber	23.174	43.271
1.02.01.04.01	Clientes	23.174	43.271
1.02.01.07	Tributos Diferidos	93.754	104.917
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.383	2.430
1.02.02	Investimentos	191.616	193.003
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	191.616	193.003
1.02.03	Imobilizado	2.670	3.273
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	867	763
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.803	2.510
1.02.04	Intangível	53	0
1.02.04.01	Intangíveis	53	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	566.355	574.847
2.01	Passivo Circulante	65.418	87.249
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.958	7.727
2.01.02	Fornecedores	20.308	19.827
2.01.03	Obrigações Fiscais	28.788	48.811
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.207	1.956
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	1.207	1.956
2.01.05	Outras Obrigações	8.157	8.928
2.01.05.02	Outros	8.157	8.928
2.01.05.02.04	Cessões de Áreas a Realizar / Adiantos Clientes	2.152	2.383
2.01.05.02.06	Eventos a Realizar	3.150	3.690
2.01.05.02.08	Outros	838	838
2.01.05.02.09	Receita Diferida ISS/IPU	2.017	2.017
2.02	Passivo Não Circulante	198.857	203.585
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	761	772
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	761	772
2.02.02	Outras Obrigações	157.136	159.441
2.02.02.02	Outros	157.136	159.441
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais Municipais	113.547	114.956
2.02.02.02.06	Cessões de Áreas a Realizar	43.589	44.485
2.02.03	Tributos Diferidos	3.365	3.500
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.365	3.500
2.02.04	Provisões	16.088	16.937
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.088	16.937
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.227	5.576
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	10.861	11.361
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	21.507	22.935
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	13.932	14.941
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar	7.575	7.994
2.03	Patrimônio Líquido	302.080	284.013
2.03.01	Capital Social Realizado	246.149	246.149
2.03.03	Reservas de Reavaliação	110.520	110.948
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-54.589	-73.084

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	63.343	200.443	109.377	263.470
3.01.01	Receita Bruta	73.766	227.377	120.640	275.392
3.01.02	Impostos	-10.423	-26.928	-11.197	-11.855
3.01.03	Cancelamentos, devoluções e abatimentos	0	-6	-66	-67
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-48.618	-155.832	-81.701	-230.807
3.03	Resultado Bruto	14.725	44.611	27.676	32.663
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-521	-16.969	-17.277	-34.833
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-34.280	-51.673	-17.347	-35.477
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	33.759	34.704	70	644
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.204	27.642	10.399	-2.170
3.06	Resultado Financeiro	4.044	2.299	1.414	12.060
3.06.01	Receitas Financeiras	8.901	12.239	5.658	20.289
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.857	-9.940	-4.244	-8.229
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	18.248	29.941	11.813	9.890
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.719	-12.008	-2.997	-2.997
3.08.01	Corrente	-8.719	-12.008	-2.997	-2.997
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.529	17.933	8.816	6.893
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	9.529	17.933	8.816	6.893
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,11526	2,0989	1,03179	0,80675
3.99.01.02	PNA	1,11526	2,0989	1,03179	0,80675
3.99.01.03	PNB	1,11526	2,0989	1,03179	0,80675
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,11526	2,0989	1,03179	0,80675
3.99.02.02	PNA	1,11526	2,0989	1,03179	0,80675
3.99.02.03	PNB	1,11526	2,0989	1,03179	0,80675

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	9.529	17.933	8.816	6.893
4.02	Outros Resultados Abrangentes	215	428	214	428
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	282	562	282	679
4.02.02	Tributos sobre Realização da Reserva de Reavaliação	-67	-134	-68	-251
4.03	Resultado Abrangente do Período	9.744	18.361	9.030	7.321

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	30.325	-76.983
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	52.122	13.645
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do exercício	17.933	6.893
6.01.01.02	Depreciação	2.268	1.389
6.01.01.03	Amortização	3	769
6.01.01.04	Baixa do Ativo imobilizado e intangível	0	162
6.01.01.05	Provisão para devedores duvidosos	20.097	0
6.01.01.06	Provisão para contingências	-849	1.140
6.01.01.07	Provisão para décimo terceiro salário	1.137	1.321
6.01.01.08	Provisão de férias e encargos	-368	-276
6.01.01.09	Receita diferida realizada	-1.009	-1.009
6.01.01.10	Tributos diferidos	-135	-251
6.01.01.12	Realização de subvenção em imobilizado	-419	-420
6.01.01.13	Juros e variações monetárias	13.464	3.927
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-21.797	-90.628
6.01.02.01	Redução (aumento) das contas a receber	-4.036	-48.226
6.01.02.03	Redução (aumento) dos impostos a recuperar	12.186	-12.317
6.01.02.04	Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes	9.409	-6.899
6.01.02.05	Aumento (redução) de fornecedores	481	-28.691
6.01.02.06	Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e sociais	-1.538	-488
6.01.02.07	Aumento (redução) de obrigações tributárias	-34.895	6.278
6.01.02.08	Aumento (redução) de outros passivos circulantes e não circulantes	133	114
6.01.02.09	Despesas antecipadas	83	83
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-1.953	283
6.01.02.11	Adiantamentos de clientes	-1.127	-765
6.01.02.13	Recursos municipais Eventos	-540	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-335	-149
6.02.01	Imobilizado	-282	-83
6.02.04	Intangível	-53	-66
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-760	-723
6.03.04	Arrendamento financeiro	-760	-723
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	29.230	-77.855
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	69.630	91.089
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	98.860	13.234

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.149	0	0	-73.084	110.948	284.013
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.149	0	0	-73.084	110.948	284.013
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	17.933	0	17.933
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	17.933	0	17.933
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	562	-428	134
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	562	-562	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	134	134
5.07	Saldos Finais	246.149	0	0	-54.589	110.520	302.080

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	246.149	0	0	-113.539	111.803	244.413
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.149	0	0	-113.539	111.803	244.413
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.893	0	6.893
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.893	0	6.893
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	679	-428	251
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	679	-679	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	0	251	251
5.07	Saldos Finais	246.149	0	0	-105.967	111.375	251.557

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	241.978	275.969
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	227.377	275.392
7.01.02	Outras Receitas	34.698	577
7.01.02.01	Outras Receitas	34.704	644
7.01.02.02	Receitas Canceladas	-6	-67
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-20.097	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-68.736	-151.859
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-41.068	-151.859
7.02.04	Outros	-27.668	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	173.242	124.110
7.04	Retenções	-2.298	-2.159
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.298	-2.159
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	170.944	121.951
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.239	20.297
7.06.02	Receitas Financeiras	12.239	20.297
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	183.183	142.248
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	183.183	142.248
7.08.01	Pessoal	23.077	20.880
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.700	13.090
7.08.01.02	Benefícios	5.504	4.782
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.203	1.151
7.08.01.04	Outros	2.670	1.857
7.08.01.04.01	Provisões (Reversões) Conting. Trabalhistas	-349	-791
7.08.01.04.02	Férias	1.667	1.248
7.08.01.04.03	13º Salário	1.282	1.360
7.08.01.04.04	Verbas Rescisórias	70	40
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	52.685	26.891
7.08.02.01	Federais	43.630	18.772
7.08.02.03	Municipais	9.055	8.119
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	89.488	87.584
7.08.03.02	Aluguéis	89.488	87.584
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	17.933	6.893
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	17.933	6.893

Comentário do Desempenho**SÃO PAULO TURISMO S/A**

CNPJ: 62.002.886/0001-60 | COMPANHIA ABERTA (CVM)
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2º TRIMESTRE / 1º SEMESTRE DE 2026

1. Mensagem da Administração

Senhores Acionistas, em observância aos preceitos legais, estatutários e às normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Administração da São Paulo Turismo S.A. ("SPTuris" ou "Companhia") submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes ao período de três meses encerrado em 30 de junho de 2026, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) do 2º Trimestre de 2026.

O primeiro semestre de 2026 consolida o início de um novo e vigoroso capítulo na história da Companhia. A atual gestão, empossada em março de 2026, assumiu o compromisso inequívoco de conduzir a SPTuris com o máximo rigor técnico, eficiência administrativa, conformidade contábil e transparência operacional. Através do Plano de Ação conduzido pela Diretoria de Gestão e Relação com Investidores (DGE), a SPTuris vem reestruturando profundamente seus processos internos, saneando passivos, renegociando contratos comerciais e integrando soluções tecnológicas de ponta para otimizar seus resultados e gerar valor sustentável para a cidade de São Paulo e para seus acionistas.

2. Posicionamento Estratégico e Força Institucional

A São Paulo Turismo S.A. é a principal plataforma de promoção turística e viabilização de grandes eventos da cidade de São Paulo, o maior polo de negócios, cultura e entretenimento da América Latina. Com uma expertise técnico-operacional incomparável acumulada ao longo de décadas, a Companhia atua como o braço estratégico da Prefeitura Municipal na captação, concepção, planejamento e produção de eventos de relevância global, ao mesmo tempo em que gerencia importantes ativos, como o contrato de concessão de longo prazo do Complexo Anhembi para a SPE GL Events.

Em consonância com as melhores práticas de livre concorrência e sustentabilidade corporativa, a SPTuris alcançou um marco fundamental em sua história: após três anos consecutivos de resultados positivos e sem qualquer aporte ou subvenção municipal, a Companhia formalizou o

Comentário do Desempenho

pedido de exclusão de sua dependência. Com a aprovação unânime dos órgãos colegiados da Secretaria Municipal da Fazenda, a SPTuris recuperou oficialmente o status de Empresa Estatal Independente a partir do exercício de 2025. Esse novo enquadramento jurídico e corporativo atesta a viabilidade econômica e a autossuficiência financeira da empresa, permitindo-lhe expandir seu portfólio no mercado privado e avançar na captação de patrocínios comerciais e serviços especializados de consultoria técnica.

O planejamento de longo prazo da Companhia, estruturado no Plano Estratégico 2027–2031, define uma visão clara de futuro: garantir a sustentabilidade financeira integral e consolidar a empresa como a referência nacional indiscutível na captação, promoção e realização de eventos e turismo até 2031. Essa meta é sustentada por quatro diretrizes estratégicas: Negócios e Política Comercial; Qualidade dos Serviços e Processos; Resultados Financeiros; e Desenvolvimento Institucional.

3. Plano de Ação DGE, Racionalização e Eficiência Operacional

A nova Administração, visando aperfeiçoar os controles operacionais e otimizar os lucros da empresa, implementou o Plano de Ação Estratégico - DGE. Este plano foca na definição de processos claros, eliminação de gargalos e na instituição de uma rigorosa racionalização de custos. Sob a égide do Ato DPR nº 09/2026, que revogou diretrizes anteriores obsoletas, instituiu-se o framework da 'Tríplice Restrição do Ajuste' nas prorrogações de prazos contratuais e repactuações anuais, exigindo conformidade com três critérios indissociáveis:

- **Vantajosidade:** Busca constante da melhor condição comercial em relação aos valores referenciais do mercado;
- **Equilíbrio:** Respeito estrito e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos originais;
- **Qualidade e Continuidade:** Garantia rigorosa de que a otimização de valores não comprometerá os padrões de excelência operacional.

Como resultado dessas diretrizes e da atuação coordenada entre os Gestores de Contratos e a Gerência de Compras, a SPTuris estruturou sua Matriz de Economias Ativas, alcançando um volume projetado de economia de R\$ 21.179.723,58. Deste montante, R\$ 5.821.967,12 já se encontram plenamente homologados e processados (fruto de 77 renegociações bem-sucedidas), enquanto R\$ 15.357.756,46 estão em fase de tramitação interna e processamento. Entre as ações de maior destaque, citam-se:

- **Contratos de GFA (Gestão de Facilities):** As renegociações diretas de escopo e comerciais com 27 fornecedores de apoio administrativo reduziram os custos de R\$ 8.759.753,03 para R\$ 6.187.057,76, gerando uma economia imediata de R\$ 2.572.695,27 (redução real de 29%).

Comentário do Desempenho

- **Otimização da Virada Cultural 2026:** Em comparação com o exercício anterior, a atual gestão promoveu um redesenho logístico e comercial que reduziu o custo total de contratos de R\$ 7.538.917,06 em 2025 para R\$ 5.371.613,35 em 2026. Essa ação resultou em economia de R\$ 2.167.303,71, ou seja, uma redução de 28,7%. Em âmbito macro, a otimização global do evento gerou redução de R\$ 32 milhões (2025) para R\$ 23 milhões (2026), representando R\$ 9 milhões economizados para os cofres públicos, aproximadamente.

4. Inovação Operacional e Modernização Tecnológica

Com o objetivo de suprir o histórico gap tecnológico mapeado pela Companhia, a atual gestão acelerou a implantação de novas plataformas digitais integradas. O principal pilar de inovação do período é o lançamento do aplicativo de Gestão de Eventos em Tempo Real, utilizado por colaboradores próprios e terceirizados. Essa ferramenta confere à diretoria um controle absoluto de 360º sobre os processos de montagem, execução e desmobilização de eventos, apresentando como funcionalidades e benefícios cruciais:

- **Mapeamento Georreferenciado:** Localização instantânea de incidentes, possibilitando tomadas de decisão imediatas e segregação inteligente de ocorrências;
- **Registro de Evidências Fotográficas:** Padronização técnica do arquivo comprobatório, conferindo robustez jurídica à prestação de contas de cada evento;
- **Celeridade de Glosas e Aplicação de Sanções:** Instauração célere de processos punitivos em casos de descumprimento de prazos ou qualidade por parte dos contratados;
- **Faturamento Acelerado:** Geração rápida de relatórios gerenciais e técnicos, instruindo o processo de pagamento das Secretarias contratantes à SPTuris.

Adicionalmente, a SPTuris avança com a regularização e parametrização profunda do sistema de gestão integrado TOTVS/Protheus, com ênfase na otimização da Reforma tributária, no desenvolvimento de dashboards dinâmicos para controle de contratos, e na aquisição do sistema TOTVS Transmite, aprimorando substancialmente as rotinas administrativas e a governança.

5. Governança, Compliance e Gestão de Riscos

Em consonância com as exigências de uma empresa de capital aberto e com registro na CVM, a SPTuris estruturou a Gerência de Integridade e Gestão de Riscos (GIG). Essa área técnica desenvolveu e implementou o 'Policy Tracker', que regula políticas cruciais, como: Consequências e Medidas Disciplinares; Relação com Terceiros; Prevenção ao Conflito de Interesses; Brindes, Presentes e Hospitalidades; e Gestão de Riscos Contínuos. No primeiro semestre de 2026, 53 colaboradores já foram integralmente treinados nas novas diretrizes do Código de Conduta e Integridade.

Comentário do Desempenho

Focada na mitigação preventiva de irregularidades e na proteção do patrimônio da SPTuris, a Auditoria Interna adotou uma abordagem baseada em riscos para o planejamento e a execução de seus trabalhos, utilizando o IA-CM (Internal Audit Capability Model) como referência para o desenvolvimento de sua maturidade institucional. No período, a equipe analisou 287 notas fiscais emitidas, logrando identificar valores passíveis de glosa por não conformidades contratuais — representando uma retenção preventiva estratégica de 24,64% dos recursos auditados. Paralelamente, no âmbito de governança de dados, a Companhia atingiu o marco de 100% de adequação aos 30 controles exigidos pelo Tribunal de Contas do Município (TCM-SP) referentes à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

6. Reestruturação do Turismo

Compreendendo o turismo como vetor essencial para a geração de impactos socioeconômicos, a área de Turismo da Companhia será oficialmente reestruturada sob a forma de Gerência Executiva. A nova estrutura atuará de maneira focada em três pilares: Produção de Conteúdo e Inteligência de Mercado; Soluções de Viabilização Estratégica (em alinhamento direto com o PLATUM - Plano Municipal de Turismo); e Promoção do Desenvolvimento Sustentável.

Para dinamizar a captação de público e ampliar o acesso aos serviços, a SPTuris reduziu em 20% o valor da diária operacional do conceituado programa 'Vai de Roteiro'. Além disso, reestruturou o planejamento do Polo de Ecoturismo de São Paulo (Parelheiros, Marsilac e Ilha do Bororé), viabilizando parcerias estratégicas e realizando a transferência técnica da gestão de contratos de fomento da SMRI para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), em busca de maior sinergia de atuação.

7. Desempenho Econômico-Financeiro

A reversão do prejuízo contábil e o forte controle orçamentário e contratual refletem-se no extraordinário desempenho financeiro consolidado do período. No primeiro semestre de 2026, a Companhia registrou um Lucro Líquido expressivo de R\$ 17,9 milhões, em comparação ao Lucro Líquido de R\$ 6,9 milhões primeiro semestre de 2025, representando um incremento de R\$ 11 milhões. Esse desempenho evidencia a eficácia das ações de racionalização de despesas administrativas e com terceiros.

No acumulado do primeiro semestre encerrado em 30 de junho de 2026, as Demonstrações de Fluxo de Caixa demonstram que as entradas totais aumentaram 5%, enquanto as saídas recuaram expressivos 33%. O resultado líquido do fluxo de caixa acumulado até junho de 2026 atingiu a marca positiva de R\$ 29,23 milhões, revertendo integralmente o severo déficit de R\$ 78,02 milhões verificado no mesmo período de 2025. A redução de 37% nos pagamentos a

Comentário do Desempenho

forneecedores decorre diretamente da auditoria prévia, revisão contratual e retenção temporária para análises contábeis. O quadro abaixo demonstra a evolução detalhada do Fluxo de Caixa da SPTuris (em R\$ mil):

Descrição do Fluxo (R\$ mil)	Junho/2026	Junho/2025	Variação %
1. TOTAL ENTRADAS	228.394	217.428	5%
1.1 Concessão (Anhembi)/Outras	15.902	22.236	-28%
1.2 Contratos / Eventos PMSP	212.492	195.192	9%
2. TOTAL SAÍDAS	199.156	295.452	-33%
2.1 Despesas com Pessoal	20.352	18.408	11%
2.2 Fornecedores (Serviços e Materiais)	168.624	268.055	-37%
2.3 Tributos e Parcelamentos	10.173	8.922	14%
2.4 Investimentos em Ativos	7	67	-89%
RESULTADO DO FLUXO DE CAIXA	29.238	(78.023)	137%

8. Gestão do Ativo Circulante e Cobrança Ativa

Como prioridade corporativa da Diretoria de Gestão e Relação com Investidores, a regularização do Contas a Receber junto à Prefeitura do Município de São Paulo e suas Secretarias passou a contar com uma rotina diligente de cobrança ativa e visitas presenciais.

A Companhia esclarece que, dadas as tratativas comerciais e institucionais avançadas junto aos órgãos devedores e ao gabinete dos Secretários Municipais, estes recebíveis possuem expectativa real de liquidação financeira integral nos próximos exercícios. Dessa forma, o risco de inadimplência efetiva por parte do acionista majoritário e controlador é extremamente baixo, não se justificando a provisão contábil de perdas em sua integralidade, mantendo-se a provisão em patamares conservadores e adequados de acordo com análises caso a caso.

9. Relacionamento com Auditores Independentes

Em estrita observância ao art. 31 da Resolução CVM nº 162/22, que rege as diretrizes de rotação obrigatória de auditores independentes com o objetivo de resguardar a integridade, independência e objetividade dos trabalhos de auditoria, a SPTuris contratou, em 27 de março de 2026, a firma TBRT Auditores Independentes Sociedade Simples para realizar a revisão e auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2026. A referida contratação encerrou

Comentário do Desempenho

formalmente os serviços prestados pela Conatus Auditores Independentes S.S. relativos ao exercício de 2025.

A Companhia declara que a TBRT Auditores Independentes prestou exclusivamente os serviços contratados de auditoria externa, não realizando qualquer atividade de consultoria, assessoria tributária ou operacional que pudesse comprometer a independência de suas análises técnicas ou gerar conflitos de interesses em relação ao balanço e demonstrações intermediárias apresentadas.

Marcelo Vieira Salles

Diretor Presidente

SPTuris

Fernando César Lorencini

Diretor de Gestão e de RI

SPTuris

Claudia Andreia Bemi

Gerente de Controladoria

SPTuris

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A São Paulo Turismo S.A (“Companhia” ou “SPTuris”), com sede na Rua Boa Vista, 280, 16º andar, Centro, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos de pequeno, médio e grande porte, carnaval, congressos e prestação de serviços para turismo e lazer.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo que os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais Classe A e AHEB6 para ações preferenciais Classe B. A acionista majoritária é a Prefeitura do Município de São Paulo.

A Diretoria da Companhia aprovou em 10 de agosto de 2026 as presentes demonstrações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2026.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de agosto de 2026.

1.1. Empresa Estatal Independente

Durante o exercício de 2024, após 03 (três) anos, de resultados positivos e sem nenhum pedido de subvenção, a Companhia, por meio de Processo SEI 7210.2024/0003213-9, formalizou o pedido de exclusão da dependência e, com a aprovação dos órgãos colegiados da Secretaria Municipal da Fazenda (SF), a SPTURIS voltou a ser independente a partir do exercício de 2025.

1.2. Concessão Complexo Anhembi

Em 14 de janeiro de 2021 foi homologado o procedimento licitatório promovido pela “Concorrência Internacional nº 001/20”, o qual adjudicou a concessão do “Complexo Anhembi” à empresa GL Events Brasil Participações Ltda., para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração do complexo pelo prazo de 30 (trinta) anos.

Em 27 de maio de 2021 foi assinado o contrato CCN/GCO nº 014/2021, entre o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A.), a Concessionária (SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.) e o Interviente-Anuente (Município de São Paulo). O contrato estabelece que a Companhia tem direito a receber uma outorga onerosa dividida em fixa e variável. A outorga fixa no valor de R\$ 53.740 mil foi integralmente paga pela Concessionária ao longo do ano de 2022.

A outorga variável consiste no maior valor entre a outorga variável mínima de R\$ 12.783 mil – valor atualizado anualmente pela variação do IPCA, na data base do contrato, e a aplicação da alíquota de 12,5% sobre a Receita Bruta total anual da Concessionária.

A assinatura da “ORDEM DE INÍCIO” ocorreu em 11 de novembro de 2021 e, em 05 de janeiro de 2022, o controle do equipamento passou a ser exercido pela Concessionária.

Os bens vinculados à Concessão são reversíveis para a SPTuris, ao final do contrato, sem direito à indenização em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção.

Notas Explicativas



Os autos do processo licitatório da Concessão constam do processo SEI Nº 7210.2020/0000956-3.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das suas atividades, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Administração da Companhia declara e afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurados a valor justo.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Até o período findo em 30 de junho de 2026 as mudanças nas premissas e estimativas contábeis em relação às divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, estão sendo ajustadas levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas, seguindo as orientações do **Ofício-Circular/Anual-2026-CVM/SEP de 26 de fevereiro de 2026**.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras e seguiram os princípios, métodos de cálculos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do exercício social anterior, findo em 31 de dezembro de 2025.

a) Moeda funcional – As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real, foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados;

b) Apuração do resultado – O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

Notas Explicativas



- A receita referente à Outorga do Complexo do Anhembi é reconhecida de forma linear durante a vigência do contrato, e os valores contingentes são reconhecidos conforme se tornem exigíveis;
- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
- Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
- A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização;
- Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 ("Ajuste Valor Presente");

c) Estimativas contábeis – A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, propriedade para investimentos, receita diferida, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, instrumentos financeiros, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;

d) Instrumentos financeiros – Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Assim como neste exercício de 2026, bem como durante o exercício de 2025, não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;

e) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor justo, com objetivo de atender a compromissos de curto prazo e limites utilizados de conta garantida;

f) Contas a receber de clientes – As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

g) Propriedade para investimento – Inclui os ativos cujo direito de uso foi cedido por 30 (trinta) anos do âmbito do Contrato de Concessão Onerosa de Uso do Complexo Anhembi. A Companhia adota o método do custo. Os terrenos foram reavaliados na data base 10/2006. Edifícios, benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos também foram reavaliados na data base de 10/2006 e, a partir desta, são incorporados pelo custo de aquisição. A Companhia utiliza

Notas Explicativas



o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa nº 8;

h) Teste de redução ao valor recuperável de ativos – “impairment” -: O saldo de imobilizado, outros ativos e propriedade para investimentos serão revistos anualmente ou durante o ano, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos;

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i) Imobilizado/ Intangível

Os ativos arrendados são contabilizados pelo reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamento de ativos de baixo valor e
- Arrendamento com duração igual ou inferior a 12 meses.

São inicialmente mensurados pelo valor do passivo de arrendamento, reduzidos de quaisquer incentivos recebidos, acrescidos por:

- Pagamentos de arrendamento feitos até a data do início do contrato; e
- Custos diretos incorridos iniciais.

Os ativos arrendados são amortizados pelo método linear pelo prazo remanescente do arrendamento ou pela vida econômica remanescente do ativo se, raramente, for considerado inferior ao prazo do arrendamento;

j) Adiantamentos de Clientes – A Companhia recebeu antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. Os contratos de serviços/locações, a partir da concessão, foram repassados à Concessionária;

k) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

l) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial;

m) Arrendamento – Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao longo do prazo do arrendamento, com a taxa de desconto implícita do contrato. Após a mensuração inicial, os passivos do arrendamento aumentam como resultado dos juros/reajustes cobrados a uma taxa constante sobre o saldo em aberto e são reduzidos pelos pagamentos do arrendamento efetuados;

Notas Explicativas



n) Provisão para Contingências – Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, Resolução CVM nº 72/22 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);

o) Imposto de renda e contribuição social – O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados.

p) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007;

q) Reconhecimento da receita – A receita é reconhecida na demonstração do resultado quando resulta em um aumento, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo (CPC 47, NBC TG 47). A receita de prestação de serviços é reconhecida, proporcionalmente, aos serviços realizados e aos custos incorridos até o período de referência do balanço, desde que haja uma mensuração confiável;

r) Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas – Até 31 de dezembro de 2025, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

As alterações em pronunciamentos contábeis aplicáveis ao exercício iniciado em 1º de janeiro de 2026, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foram avaliadas pela Administração e não produziram impactos relevantes no reconhecimento, mensuração ou divulgação das informações contábeis intermediárias da Companhia.

Em relação aos pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes, a Companhia acompanha sua evolução normativa e, com base nas avaliações realizadas até a presente data, não identificou impactos relevantes decorrentes de sua futura adoção.

Notas Explicativas



5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2026	31/12/2025
Bancos conta movimento	41	42
Aplicações financeiras	98.819	69.588
	<u>98.860</u>	<u>69.630</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com remuneração média de 98%, contratadas em condições e taxas normais de mercado, resgatáveis a qualquer momento, sem risco de mudança de valor. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

São compostas por:

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Clientes no País	29.103	21.888
Partes relacionadas (Prefeitura do Município de São Paulo) (a)	67.614	70.793
Contas a receber transferência para não circulante (b)	(48.113)	(48.113)
	<u>48.604</u>	<u>44.568</u>
Não Circulante		
Contas a receber transferência para não circulante (b)	48.113	48.113
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (c)	(24.939)	(4.842)
	<u>23.174</u>	<u>43.271</u>
Total Circulante e Não Circulante	<u><u>71.778</u></u>	<u><u>87.839</u></u>

(a) Refere-se ao contas a receber com as Secretarias da Prefeitura do Município de São Paulo.

(b) Valores a receber das Secretarias da Prefeitura do Município de São Paulo, em aberto até 30/06/2025, reclassificados para o Longo Prazo.

Notas Explicativas



- (c) No 2º trimestre de 2026, a Companhia, em conjunto com a área técnica, revisou a recuperabilidade da totalidade dos títulos vencidos até **31 de dezembro de 2025**. Como resultado dessa análise, foi constituída provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa sobre a totalidade dos títulos vencidos até **31 de dezembro de 2024**, resultando em um incremento de **R\$ 20.097** na provisão. Quanto aos títulos vencidos no exercício de **2025**, embora analisados individualmente, a Administração entendeu que permanecem com expectativa de recuperação, considerando as negociações e tratativas em andamento junto as respectivas Secretarias.

A idade de nossas contas a receber de clientes classificadas estão demonstrados como segue:

	30/06/2026	31/12/2025
A vencer: (a)	36.295	38.320
Vencidos até 30 dias:	8.568	2.980
Vencidos de 31 dias até 60 dias:	-	641
Vencidos de 61 dias até 90 dias:	3.316	-
Vencidos de 91 dias até 180 dias:	425	2.626
Vencidos há mais de 180 dias: (a)	48.113	48.113
Total:	96.717	92.680

- (a) Valores referem-se, em sua maioria, com o Contas a Receber com a Prefeitura do Município de São Paulo.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
IRPJ a compensar (a)	86.588	87.530
CSLL a compensar	4.894	4.907
INSS a compensar (b)	73	140
	91.555	92.577
Não Circulante		
INSS a compensar (b)	93.754	104.917
	93.754	104.917

- (a) IRPJ a Compensar é constituído pela retenção de IRRF sobre as notas fiscais e saldo negativo apurado em exercícios anteriores e até este exercício de 2026.

- (b) O INSS a Compensar, diz respeito ao INSS retido nas notas fiscais sob serviços prestados. Em janeiro de 2025, foi protocolado junto à Receita Federal do Brasil, a solicitação de restituição, em caixa, de valores de INSS a Recuperar, classificados no Longo Prazo, sendo reconhecido também, valores de correção pela SELIC. Desde o início do pedido, até o primeiro trimestre de 2026, foi recebido o montante de **R\$ 12.557**.

Notas Explicativas



8. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Investimentos – Propriedades para investimentos	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 30/06/2026	Líquido 31/12/2025
Terrenos	-	121.122	-	121.122	121.122
Complexo Anhembi	3,73%	170.635	(100.141)	70.494	71.881
Propriedades para Investimento		291.757	(100.142)	191.616	193.003

A movimentação de investimentos está demonstrada a seguir:

Investimentos - Propriedades para Investimentos	Líquido 31/12/2025	Depreciação	Líquido 30/06/2026
Terrenos	121.122	-	121.122
Complexo Anhembi	71.881	(1.387)	70.493
Total de Investimentos	193.003	(1.387)	191.616

Com base no item 53 do CPC 28 – Propriedades para Investimento – tendo em vista que não estão disponíveis mensurações no mercado de alternativas de valor justo em operações semelhantes à propriedade objeto da concessão, e que não há bases suficientemente seguras para projeções de fluxos de caixa descontados pelo fato de que a propriedade para investimento só terá seu valor justo confiável a partir da conclusão das obras da concessionária, mensuramos a propriedade para investimento utilizando o método do custo do CPC 27.

Nesse momento, não há parâmetros para que seja feita uma avaliação a valor justo.

9. IMOBILIZADO

Imobilizado	Taxas anuais depreciação	Custo	Adições	Depreciação acumulada	Perdas por desvalorização	Líquido 31/06/2026	Líquido 31/12/2025
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	5.900	275	(5.374)	(41)	760	658
Veículos		688		(688)	-	-	-
Móveis e utensílios	10%	2.135	7	(2.046)	-	96	93
Outros ativos fixos	20% e 10%	281		(271)	-	10	11
Total imobilizado		9.004	282	(8.379)	(41)	866	762

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

Imobilizado	Líquido 31/12/2025	Adições	Depreciação	Líquido 30/06/2026
Máquinas e equipamentos	658	275	(172)	761
Móveis e Utensílios	93	7	(4)	96
Outros ativos fixos	11	-	(1)	10
Total Imobilizado	762	282	(177)	867

O ativo imobilizado tem seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor.

Notas Explicativas**9.1 DIREITO DE USO**

	Taxas anuais depreciação	Custo	Depreciação	Transferência	Líquido 30/06/2026	Líquido 31/12/2025
Direito de uso	20%	7.040	(5.261)	25	1.804	2.507
Total		7.040	(5.261)	25	1.804	2.507

A movimentação do Direito de uso está demonstrada a seguir:

	Líquido 31/12/2025	Depreciação	Transferência	Líquido 30/06/2026
Direito de uso	2.507	(728)	25	1.804
Total	2.507	(728)	25	1.804

O Direito de uso foi reclassificado para o grupo contábil de imobilizado no 1º trimestre de 2026.

10. INTANGIVEL

	Taxas anuais amortização	Custo	Adições	Amortização acumulada	Líquido 30/06/2026	Líquido 31/12/2025
Software	20%	2.280	56	(2.283)	53	3
Total		2.280	56	(2.283)	53	3

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Líquido 31/12/2025	Adições	Amortização	Líquido 30/06/2026
Software	3	56	(6)	53
Total	3	56	(6)	53

11. FORNECEDORES

	30/06/2026	31/12/2025
A vencer	13.082	18.073
Vencidos:		
Vencidos até 30 dias:	(a) 4	305
Vencidos de 31 dias até 60 dias	(a) 299	311
Vencidos de 61 dias até 90 dias	(a) 1.880	5
Vencidos de 91 dias até 180 dias	(a) 3.885	15
Vencidos há mais de 180 dias	(b) 1.158	1.118
Total	20.308	19.827

- (a) Os saldos vencidos até 180 dias referem-se a obrigações que se encontram em análise e tramitação administrativa interna, em razão de pendências relacionadas à comprovação da execução dos serviços contratados ou à regularização da documentação pertinente. Após a conclusão das análises e a solução das pendências identificadas, os pagamentos serão realizados.

Notas Explicativas



- (b) Os saldos vencidos há mais de 180 dias referem-se a obrigações decorrentes de contratos que apresentam pendências identificadas durante sua execução, as quais estão em processo de análise, apuração e regularização.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	30/06/2026	31/12/2025
Rescisões	5	-
INSS empresa	680	1.908
INSS retido	171	189
Férias e encargos	4.047	4.415
13º Salário e encargos	1.137	-
IRRF	487	789
FGTS	267	268
Consignações	17	11
Dissídio e encargos salariais	147	147
	<u>6.958</u>	<u>7.727</u>

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
IRPJ a recolher	2.475	2.414
CSLL a recolher	2.339	295
Parcelamento IPTU/ISS (a)	18.798	17.576
Impostos a recolher:		
COFINS a recolher (b)	3.809	22.269
PIS a recolher (b)	814	5.219
Impostos retidos	553	1.038
	<u>28.788</u>	<u>48.811</u>
Não circulante		
IPTU / ISS e respectivos parcelamentos (a)	113.547	114.956
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	3.365	3.500
	<u>116.912</u>	<u>118.456</u>
Total circulante e não circulante	<u>145.700</u>	<u>167.267</u>

Notas Explicativas



- (a) Em 23/06/2006, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Saldo de R\$ 74.315 em 30/06/2026 referente a 107 parcelas. O benefício obtido foi a redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora.

Em 01/10/2021 a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 17.557/21, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 120 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações decorrem de autuações adicionais de IPTU de 2014 a 2020. Saldo de R\$ 47.431 em 30/06/2026, referente a 63 parcelas. O benefício obtido foi a redução de 50% da multa e 60% dos juros de mora.

Em 24/11/2023 a Companhia aderiu à Transação de Débitos Municipais – TDM, regulamentada pelo Decreto nº 60.939/21, pelo qual as obrigações tributárias municipais foram parceladas em até 120 meses à taxa de juros SELIC. Essa obrigação refere-se ao IPTU do exercício de 2021. Saldo de R\$ 10.598 em 30/06/2026, referente a 89 parcelas. O benefício obtido foi a redução de 95% da multa e 95% dos juros de mora.

Os benefícios de redução de encargos, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, caso haja inadimplência.

Os parcelamentos do PPI classificados no passivo não circulante em 30 de junho de 2026 têm o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	R\$ mil
2027	9.399
2028	18.798
2029	18.798
2030	18.798
2031 em diante	47.753
Total	113.546

- (b) Em novembro de 2022, a SPTuris aderiu à Instrução Normativa RFB nº 2.114/2022, que dispõe sobre a aplicação do benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), atualizada pelos artigos vetados pelo Presidente da República, mantido pelo Congresso Nacional e publicação na Edição Extra B do DOU de 18/3/2022. Dispõe sobre ações emergenciais e temporárias destinadas ao setor de eventos para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia do COVID-19 e Instrução Normativa RFB nº 2.121/2022. Esta consolida as normas sobre a apuração, a cobrança, a fiscalização, a arrecadação e a administração da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação. A oportunidade dessa adesão contempla a aplicação da alíquota zero para os tributos de PIS/Pasep e Cofins sobre as atividades permitidas.

Notas Explicativas



No trimestre findo em 30 de junho de 2026, a Companhia realizou a revisão dos saldos das obrigações de PIS e COFINS, identificando valores remanescentes relacionados aos efeitos do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), para os quais não havia obrigação de recolhimento. Em decorrência dessa revisão, os saldos dessas obrigações Tributárias foram adequados, refletindo a posição existente na data-base de 30 de junho de 2026.

14. ARRENDAMENTOS

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, o imóvel alugado da sede caracteriza-se como um arrendamento mercantil financeiro, tendo em vista o fato de ser um direito de uso contratado por um prazo de 60 meses e ter valor relevante.

O valor referente ao reconhecimento inicial do direito de uso do ativo arrendado e da obrigação assumida é demonstrado a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Reconhecimento inicial do direito de uso		
5 anos de aluguel		
Saldo anterior / Valor do direito de uso inicial	2.507	4.129
Transferência	25	51
Baixa		(175)
Depreciação	(728)	(1.498)
Saldo no Arrendamento	1.804	2.507
Arrendamento a pagar		
Saldo inicial	2.728	4.357
Transferência	25	
Juros/Reajustes incorridos	70	(125)
Pagamentos	(855)	(1.504)
	1.968	2.728
Circulante	1.207	1.956
Não circulante	761	772

15. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Adiantamentos de clientes	361	592
Eventos a Realizar	3.150	3.347
Concessão Anhembi diferida	1.791	1.791
	5.302	5.730
Não circulante		
Concessão Anhembi diferida	43.589	44.485
	43.589	44.485
Total circulante e não circulante	48.891	50.215

Notas Explicativas



16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) e Resolução CVM Nº 72/22.

(a) Provisões constituídas

	30/06/2026	31/12/2025
Provisões constituídas		
Cíveis	10.861	11.361
Trabalhistas	5.227	5.576
Total	16.088	16.937

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
	Cíveis	Trabalhistas
Saldos no final do período 31/12/2025	11.361	5.576
Novos processos	543	43
Processos Baixados	-	(576)
Alteração nos processos existentes	(1.043)	184
Saldos no final do período 30/06/2026	10.861	5.227

Cíveis – O valor mais relevante na provisão das contingências cíveis decorre de ações por prejuízos causados a expositores em razão de gotejamento ocorrido durante uma grande feira no Pavilhão de Exposições em 2016.

Trabalhistas – A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

(b) Passivos contingentes não provisionados

	30/06/2026	31/12/2025
Passivos contingentes não provisionados		
Cíveis	72.016	47.653
Trabalhistas	3.269	2.264
Total	75.285	49.917

Notas Explicativas



Estas ações de natureza cível e trabalhista até a presente data não foram objeto de decisão em grau de recurso, e implicam risco de perda possível no médio prazo considerando as matérias discutidas e os precedentes das cortes superiores pertinentes.

A Companhia tem como depósitos judiciais, em 30 de junho de 2026, o montante de R\$ 4.383 (R\$ 2.430 em 31 de dezembro de 2025).

A Administração da Companhia acredita que a resolução destes processos judiciais classificados nas probabilidades de perdas possíveis e prováveis não produzirão efeitos significativamente diferentes aos montantes provisionados, suportados pela opinião de nossa área Jurídica.

17. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS (PAC)

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante	838	838
Não circulante	7.575	7.994
Total de subvenções governamentais	8.413	8.832

Referem-se a subvenções a realizar como receitas, proporcionalmente à realização da depreciação das reformas e melhorias feitas no complexo Anhembi em razão do Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013 com o Ministério do Turismo. (Lei 11.578/2007, Programa de Aceleração do Crescimento – PAC).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais Classe A	Ações Preferenciais Classe B	Total	Capital social 30/06/2026
Ações da PMSP	8.237.283	-	27.765	8.265.048	238.116
Ações em tesouraria	379	478	259	1.116	32
Ações de minoritários	170.215	44.544	62.971	277.730	8.001
SalDOS em 30/06/2026	8.407.877	45.022	90.995	8.543.894	246.149

A Companhia contava com cerca de 3.644 acionistas em 30/06/2026. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais classe A e AHEB6 para ações preferenciais classe B.

Notas Explicativas



b) Reserva de reavaliação

	Reserva	Tributos	Total
Saldo em 31/12/2025	114.447	(3.499)	110.948
Realização da reserva de reavaliação	(562)	-	(562)
Realização de tributos sobre a reserva de reavaliação	-	134	134
Saldo em 30/06/2026	113.885	(3.365)	110.520

19. RECEITA LÍQUIDA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As receitas brutas, antes da dedução dos impostos sobre os serviços, cancelamentos de cessões de áreas e descontos são demonstradas abaixo.

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receita bruta				
Eventos	70.178	220.037	116.318	267.416
Concessão Parque Anhembi	3.480	7.124	4.219	7.769
Outras receitas	108	216	103	205
Total da receita bruta	73.766	227.377	120.640	275.390
Deduções da Receita Bruta				
Impostos				
(-) COFINS	(8.579)	(19.619)	(9.201)	(9.841)
(-) PIS	(1.845)	(7.310)	(1.996)	(2.014)
Total de impostos	(10.424)	(26.929)	(11.197)	(11.855)
Outras deduções da receita	-	(6)	(66)	(67)
Total de deduções	(10.424)	(26.935)	(11.263)	(11.922)
Receita líquida	63.342	200.442	109.377	263.468

Notas Explicativas**20. CUSTOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS****20.1 Custos das atividades operacionais**

Os custos se constituíram da seguinte forma:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Locações de móveis e equipamentos	(29.729)	(88.653)	(37.786)	(86.902)
Mão de obra terceirizada	(2.931)	(20.727)	(20.595)	(70.858)
Segurança para eventos	(1.656)	(6.941)	(4.683)	(11.273)
Demais insumos e serviços	(1.998)	(8.624)	(3.395)	(16.494)
Comunicação/ Sinalização	(1.556)	(3.874)	(1.844)	(4.995)
Demais Serviços	(4.895)	(16.458)	(7.973)	(29.388)
Mão de obra direta	(5.243)	(9.585)	(5.068)	(10.182)
Depreciação	(610)	(970)	(358)	(715)
	<u>(48.618)</u>	<u>(155.832)</u>	<u>(81.702)</u>	<u>(230.807)</u>

20.2 Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Remunerações, encargos sociais e benefícios	(9.942)	(17.537)	(7.491)	(15.043)
Utilidades e serviços	(96)	(180)	(75)	(174)
Honorários	(198)	(393)	(195)	(402)
Manutenções e locações	(1.244)	(6.672)	(2.433)	(6.550)
Consultoria e assessoria	(1.170)	(2.916)	(4.201)	(7.203)
Despesas gerais	(1.333)	(3.653)	(1.378)	(3.864)
Propaganda e publicidade	(57)	(57)	(67)	(67)
Tributos, taxas e contribuições	(26)	(106)	(18)	(110)
Depreciações e amortizações	(456)	(911)	(463)	(923)
Provisões e reversões de provisões	(19.758)	(19.248)	(1.026)	(1.141)
	<u>(34.280)</u>	<u>(51.673)</u>	<u>(17.347)</u>	<u>(35.477)</u>

Notas Explicativas**21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO**

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Perdas com contas a receber	-	-	-	8
Juros sobre impostos a compensar	4.318	4.869	3.417	15.611
Variações monetárias e juros passivos	(4.475)	(8.964)	(4.155)	(8.020)
Receitas de aplicações financeiras	2.628	4.605	1.038	2.549
Multas	(344)	(895)	(12)	(43)
Receita diferida realizada	1.956	2.540	1.203	2.052
Outras despesas e receitas financeiras	(39)	144	(77)	(97)
	<u>4.044</u>	<u>2.299</u>	<u>1.414</u>	<u>12.060</u>

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Lucro antes do IR e CSLL	18.248	29.941	11.812	9.889
Despesas não dedutíveis	535	3.025	207	700
Provisões não dedutíveis	19.248	19.248	2.583	4.140
Realização da reserva de reavaliação	(281)	(562)	(281)	(678)
Outras adições	(382)	(113)	7	-
Outras adições (CSLL)		-	16	16
Exclusões	(570)	(818)	(1.442)	(1.442)
Compensação de prejuízos acumulados			(3.682)	(3.682)
Compensação de prejuízos acumulados	(11.154)	(15.403)	(4.315)	(4.315)
IR e CSLL efetivos	<u>(8.719)</u>	<u>(12.008)</u>	<u>(2.997)</u>	<u>(2.997)</u>
Taxa Efetiva	47,78%	40,11%	25,37%	30,31%

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais. Os principais segmentos de negócios são divididos em:

- Setor público, no qual são desenvolvidas as atividades de promoção e exploração do turismo e atividades afins, de acordo com as políticas formuladas pela Prefeitura do Município de São Paulo.

- Setor privado, onde é explorada a locação do Auditório Bruno Covas, localizado no 11º andar da Sede Administrativa da SPTuris, sito à Rua Boa Vista, 280 – Centro – SP, para realização de

Notas Explicativas

eventos de qualquer espécie, bem como a receita da outorga variável, referente à Concessão do Complexo Anhembi para a empresa GL Events.

Na tabela a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para os períodos encerrados em 30/06/2025 e 30/06/2026.

Período 01/04/2026 a 30/06/2026	Público	Privado	Total
Receita de Eventos/ Turismo	70.178	3.588	73.766
Deduções da Receita	(9.284)	(1.139)	(10.423)
Receita líquida	60.894	2.449	63.343
Custos variáveis e fixos	(47.126)	(1.492)	(48.618)
Lucro bruto	13.768	957	14.725
Despesas administrativas			(34.280)
Outras receitas operacionais			33.759
Resultado financeiro			4.044
Imposto de Renda e Contribuição Social			(8.719)
Lucro líquido			9.529

Período 01/04/2025 a 30/06/2025	Público	Privado	Total
Receita de Eventos/ Turismo	116.319	4.321	120.640
Deduções da Receita	(9.979)	(1.284)	(11.263)
Receita líquida	106.340	3.037	109.377
Custos variáveis e fixos	(79.086)	(2.615)	(81.701)
Lucro bruto	27.254	422	27.676
Despesas administrativas			(17.347)
Outras receitas operacionais			70
Resultado financeiro			1.414
Imposto de Renda e Contribuição Social			(2.997)
Lucro líquido			8.816

Notas Explicativas



24. LUCRO / (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Numerador				
Lucro no período atribuível às ações ordinárias em circulação	186	349	172	134
Denominador (em milhares de ações) básico				
Média ponderada do número de ações em circulação	166.554	166.554	166.554	166.554
Lucro líquido por ação básico	1,11	2,09	1,03	0,80

25. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	Importância segurada	
		30/06/2026	31/12/2025
Incêndio, queda de raio, explosão e implosão (danomáximoprovável)	Riscos diversos	15.204	16.854

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Instrumentos financeiros por categoria

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 estão identificados a seguir:

Notas Explicativas



	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos			
Bens numerário e conta movimento	41	-	41
Aplicações financeiras	-	98.819	98.819
Contas a receber e clientes	71.778	-	71.778
Impostos a recuperar	185.308	-	185.308
Outorga Variável	6.391	-	6.391
Outras contas a receber	1.098	-	1.098
	<u>264.616</u>	<u>98.819</u>	<u>363.435</u>
Passivos			
Fornecedores	20.308	-	20.308
Obrigações trabalhistas	6.958	-	6.958
Obrigações tributárias	143.334	-	143.334
Arrendamentos	1.968	-	1.968
	<u>171.568</u>	<u>-</u>	<u>171.568</u>

b) Derivativos

A Companhia não possui opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações que fazem parte das divulgações.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5) e Contas a receber (nota explicativa nº 6). A Companhia em 30 de junho de 2026 tem em caixa um montante cuja disponibilidade é imediata.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados nas notas explicativas nº 11 a 17, respectivamente. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	20.308	20.308	20.308	-	-	-
Trabalhistas e Tributárias	149.292	149.292	32.651	19.068	57.203	40.370
Arrendamentos	1.968	1.968	1.207	761	-	-
Total	<u>171.568</u>	<u>171.568</u>	<u>54.166</u>	<u>35.917</u>	<u>57.203</u>	<u>40.370</u>

Notas Explicativas



d) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de “Caixa e equivalente de caixa”. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 30 de junho de 2026 é R\$ 98.860.

e) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

27. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura do Município de São Paulo, devido às características dos serviços, são feitas em condições exclusivas, e levam em consideração os custos, taxa de administração de 5% e impostos. Não houve ocorrência de interessados do setor privado para a contratação de serviços com características semelhantes aos que são prestados para a Prefeitura.

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos		
Contas a receber (Prefeitura do Município de São Paulo)	67.614	70.793
	67.614	70.793
Passivos — Curto prazo		
PMSP Eventos a realizar (Repasse)	-	256
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	18.798	17.576
	18.798	17.832
Passivos — Longo prazo		
PMSP Parcelamento ISS/IPTU	113.546	114.956
	113.546	114.956

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025
Receita Bruta de eventos	70.178	116.319
Deduções da receita	(9.284)	(9.979)
Receita líquida	60.894	106.340
Custos variáveis e fixos	(47.126)	(79.086)
Lucro (prejuízo) bruto	13.768	27.254

Notas Explicativas



Receitas com Prestações Serviços com Partes Relacionadas	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025
Câmara Municipal de São Paulo	423	742
Fundo Municipal de Saúde	-	9.570
Secretaria de Governo Municipal	6.466	30.288
Secretaria do Verde e Meio Ambiente	56	179
Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	425	1.152
Secretaria Municipal de Assistência e Desen. Social	-	3.752
Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa	-	10.733
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	-	1.432
Secretaria Municipal de Relações Internacionais	136	347
Secretaria Municipal de Turismo	62.672	58.124
	70.178	116.319

28. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os integrantes do Conselho de Administração recebem uma remuneração mensal fixada na Assembleia Geral, assim como os integrantes do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Os Diretores estatutários recebem um salário mensal estabelecido em Assembleia Geral.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, no segundo trimestre de 2026 foi de R\$ 460, e no segundo trimestre de 2025 foi de R\$ 797. Como pessoal-chave entende-se os membros da Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal. Durante o Exercício de 2025, houve alteração na estrutura, com a diminuição de diretorias da Companhia.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia analisou os eventos subsequentes até 10 de agosto de 2026, que é a data de entrega, por sua Diretoria, da Carta de Representação da Administração relativa às presentes demonstrações financeiras.

Não temos conhecimento de eventos ocorridos no período compreendido entre 01 de julho de 2026 a 10 de agosto de 2026, além dos que já estão reportados nestas demonstrações financeiras, segundo nosso melhor entendimento.

30. OUTROS ASSUNTOS

Em fevereiro de 2026 foram veiculadas, na imprensa, notícias relativas às suspeitas de conflito de interesses, favorecimento e irregularidades na contratação de serviços prestados por determinado prestador de serviço da Companhia, o que é objeto de apuração interna.

Notas Explicativas



Frente à estas notícias a nova Administração da Companhia, que assumiu em março de 2026, determinou a imediata adoção de medidas para fins de saneamento e fiscalização dos contratos relacionados a este fornecedor, mediante processo interno, com o levantamento preliminar e a análise de conformidade documental dos processos de medição deste fornecedor. No âmbito da referida auditoria, estão sendo realizados, entre outros, as seguintes verificações:

- Análise da regularidade formal e documental dos processos de medição;
- Verificação da aderência entre os serviços efetivamente executados e aqueles registrados nas medições apresentadas;
- Exame da correspondência entre medições, atestes, notas fiscais emitidas e eventuais pagamentos realizados, de modo a verificar a regularidade da cadeia de liquidação da despesa;
- Avaliação da observância das disposições contratuais, normativas e administrativas aplicáveis aos processos de medição e pagamento.

Existem outros procedimentos apuratórios instaurados pela Controladoria Geral do Município – CGM, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM.

Os procedimentos apuratórios estão em andamento, devendo-se aguardar a instrução dos feitos, destacando-se, de todo modo, que, até a presente data, não há elementos que demandem ajuste dos saldos ou reconhecimento de provisão nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 30 de junho de 2026. Eventuais desdobramentos futuros dessas apurações serão acompanhados e avaliados tempestivamente, para fins de divulgação e/ou reconhecimento contábil, conforme aplicável.

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC ") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da

Notas Explicativas



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações intermediárias de 30 de junho de 2026.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Aos Administradores e Acionistas
São Paulo Turismo S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, da São Paulo Turismo S.A. (Companhia), referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, bem como as principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Auditores e Consultores

Ênfases

Processo de investigação interna

Conforme nota explicativa nº 30 às demonstrações contábeis, em 26 de fevereiro de 2026, o Ministério Público do Estado de São Paulo, instaurou inquérito civil para investigação e apuração de eventuais irregularidades em contratos de prestação de serviços vigentes com a Companhia fruto de notícias veiculadas pela imprensa. Adicionalmente a Controladoria Geral do Município – CGM e o Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCM também iniciaram processo de apuração. Nesse contexto, a Administração da Companhia declara que vem colaborando com as investigações, entretanto, como o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas ainda está em fase de procedimentos apuratórios, não podemos assegurar, até a presente data, a existência ou não de efeitos que possam resultar em alterações significativas nessas demonstrações contábeis, incluindo aspectos relacionados à insuficiência de divulgação nas notas explicativas. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Transações entre partes relacionadas

Chamamos a atenção às notas explicativas nº 6 e 27, que demonstram que as transações com partes relacionadas representam parte significativa das operações de serviços da São Paulo Turismo S.A. Essas operações foram realizadas em condições firmadas entre as partes e, se caso fossem realizadas em condições usuais de mercado, poderiam gerar resultados diferentes dos apresentados nestas demonstrações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Concessão Onerosa

Conforme divulgado pela Companhia em Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis, a São Paulo Turismo S/A publicou em 14/01/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, a homologação do procedimento licitatório promovido pela “Concorrência Internacional nº 001/20”, o qual adjudicou a concessão do “Complexo Anhembi” à empresa GL Events Brasil Participações Ltda., para reforma, gestão, manutenção, operação e exploração do complexo pelo prazo de 30 anos. Em 27 de maio de 2021 foi assinado o contrato CCN/GCO nº 014/2021, entre o Poder Concedente (São Paulo Turismo S.A.), a Concessionária (SPE GL Events Centro de Convenções Anhembi S.A.) e a Interviente-Anuente (Município de São Paulo). O contrato estabelece que a Companhia tem direito a receber uma outorga onerosa dividida em fixa e variável. A outorga fixa no valor de R\$53.740 mil foi integralmente paga pela Concessionária ao longo do ano de 2022. A outorga variável consiste no maior valor entre a outorga variável mínima de R\$12.783 mil e a aplicação da alíquota de 12,5% sobre a Receita Bruta total anual da Concessionária. A assinatura da “Ordem de início” ocorreu em 11 de novembro de 2021 e, em 05 de janeiro de 2022, o controle do equipamento passou a ser exercido pela Concessionária. Os bens vinculados à Concessão são reversíveis à São Paulo Turismo S.A., ao final do contrato, sem direito à indenização em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção. Nossa conclusão não contém modificação em virtude desses assuntos.

Auditores e Consultores

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes,

segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Informações Contábeis Comparativas

As demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2025, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalva em 25 de março 2026. No relatório constou parágrafo de ênfase sobre os mesmos assuntos descritos, "Concessão Onerosa" e "Partes Relacionadas". As informações contábeis intermediárias da Companhia do trimestre findo em 30 de junho de 2025, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores, que emitiram relatório em 11 de agosto de 2025, sem modificação e com os mesmos parágrafos de ênfase "Partes Relacionadas" e "Concessão Onerosa".

São Paulo, 05 de agosto de 2026.

TBRT AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC 2SP021239/O-9

NIVALDO SABURO YAMAMOTO

CONTADOR CRC 1SP195282/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2026

DATA E LOCAL: 11 de agosto de 2026, às 15:00h, de forma híbrida: presencial e virtualmente pela plataforma Microsoft Teams

PRESENCAS: Participaram da reunião os membros do Conselho Fiscal Sr. Thiago Rubio Salvioni – Presidente, Sr. Rafael Barbosa de Sousa, Sra. Isabella Farah Costa, Sr. Eduardo Nordskog Duarte e Sra. Patrícia Di Donato Firmino, bem como a Sra. Andressa Aloisi Cyrillo – Secretária de Governança Corporativa. Presentes como convidados a Sra. Claudia Andreia Bemi – Gerente de Controladoria, Sra. Maria Angela Almeida de Aquino – Coordenadora de Contabilidade e Orçamento, Sr. Alessandro Andrade – Coordenador Financeiro e Sr. Luiz Azevedo – Auditor Independente.

ORDEM DO DIA: Deliberação quanto às Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia relativas ao segundo trimestre - 2º ITR/2026.

REGISTROS E DELIBERAÇÕES:

O Sr. Presidente do Conselho Fiscal abriu os trabalhos, cumprimentou os presentes e dando início a ordem do dia, passou a palavra a Sra. Gerente de Controladoria, para apresentação do 2º ITR da companhia.

A Sra. Gerente de Controladoria informou que o 2º ITR/2026 foi aprovado pela Diretoria Executiva em reunião realizada em 10 de agosto de 2026. Informou, ainda, que em reunião ocorrida na mesma data, o Comitê de Auditoria Estatutário tomou conhecimento da versão final do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do segundo trimestre e respectivas notas explicativas, bem como o relatório da TBRT Auditores Independentes S/S que o aprovou sem ressalvas, tendo recomendado a sua aprovação ao Conselho de Administração, que também o aprovou. Durante a apresentação das demonstrações contábeis do trimestre, o Conselheiro Eduardo questionou acerca do aumento do PDD quanto à provisão para devedores duvidosos.

A Conselheira Isabella questionou parte do relatório da auditoria independente que tratava das transações entre partes relacionadas, o qual aduziu que “Essas operações foram realizadas em condições firmadas entre as partes e, se caso fossem realizadas em condições usuais de mercado, poderiam gerar resultados diferentes dos apresentados nestas demonstrações contábeis intermediárias.” Neste sentido, solicitou explicações da auditoria independente quanto ao apontamento.

O auditor independente esclareceu que se trata de uma nota padrão para empresa pública que presta serviços para outros entes públicos. Quando dizem que o resultado poderia ser diferente, não há como precisar se seria melhor ou pior. Aduziu que não foi escopo da auditoria analisar as condições de contratação da companhia e compará-las com as contratações usuais do mercado. Esclareceu que na análise do ITR é realizado um comparativo contábil e verificadas as operações mais significativas.

A gerente de controladoria informou que a indagação da Conselheira foi a mesma colocada na reunião do Conselho de Administração ocorrida de manhã. Esclareceu que a política de transações relacionadas é devidamente observada e que a empresa presta serviços preponderantemente para as secretarias da prefeitura. Esclareceu, ainda, que as notas fiscais examinadas pela controladoria apontam a aplicação da taxa de 5% em todos os contratos.

Em relação ao PDD, o auditor externo esclareceu as questões contábeis pertinentes, informando que se houvesse qualquer questão em relação ao assunto, constaria no relatório como ressalva. Dessa forma, estando de acordo com os valores provisionados, não fez apontamentos.

O Conselheiro Eduardo questionou se não seria motivo de ressalva o valor devido pela própria acionista da empresa. O auditor esclareceu que contabilmente o lançamento estava adequado e que as tratativas de negociação para o recebimento desses valores estão acontecendo. Por isso, sob a sua ótica, não caberia qualquer ressalva. A Gerente de Controladoria aduziu que a companhia vem se movimentando para o recebimento desses valores em tratativas com as Secretarias e, em especial, com a Secretaria de Governo. Esclareceu, também, que a companhia está trabalhando para aumentar a taxa de administração fixada em 5% e captar mais contratos.

O Conselheiro Eduardo sugeriu que os contratos fossem auditados para verificar se os valores cobrados estão de acordo com as práticas de mercado. Em relação ao assunto, o auditor independente considerou que a própria auditoria interna poderia fazer esse levantamento. Por fim, a Gerente de Controladoria informou que as questões trazidas pelo Conselho serão estudadas e avaliadas internamente para a melhoria das atividades.

O Senhor Presidente do Conselho destacou a relevância das questões levantadas durante os debates e considerou que não haviam sido identificados elementos que

obstassem a divulgação das Informações Trimestrais referentes ao 2º trimestre de 2026, observadas as considerações e recomendações formuladas pelos Conselheiros. Em seguida, submeteu a matéria à deliberação do colegiado, tendo o Conselho Fiscal, por unanimidade, manifestando-se favoravelmente à divulgação do 2º ITR da Companhia.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, a ata foi lida e, achada conforme, foi aprovada pelos presentes.
São Paulo, 11 de agosto de 2026.

Conselheiros:

(todos com assinatura eletrônica)

THIAGO RUBIO SALVIONI – Presidente

RAFAEL BARBOSA DE SOUSA – Conselheiro

EDUARDO NORDSKOG DUARTE – Conselheiro

PATRICIA DI DONATO FIRMINO – Conselheira

ISABELLA FARAH COSTA - Conselheira

ANDRESSA ALOISI CYRILLO – Secretária de Governança Corporativa

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA
ESTATUTÁRIO

REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2026

DATA, HORA E LOCAL: 10 de agosto de 2026, às 17:00h, por videoconferência, via Microsoft Teams.

PRESENCAS: Presentes os membros do Comitê de Auditoria Estatutário: Sr. Jonathan Mazon, Sr. Geraldo Affonso Ferreira, Sr. André Castro Carvalho e Sra. Andressa Aloisi Cyrillo - Secretária de Governança Corporativa.
Presentes como convidados: Sra. Claudia Andreia Beni - Gerente de Controladoria e Sra. Maria Angela Almeida de Aquino – Coordenadora de Contabilidade e Orçamento

ORDEM DO DIA: Recomendação de aprovação do 2º Informativo Trimestral - 2º ITR/2026

REGISTROS e DELIBERAÇÕES:

O Senhor Presidente do Comitê cumprimentou os presentes e deu início a ordem do dia. Em continuidade a reunião de trabalho realizada com a auditoria independente, ocorrida no dia 06 de agosto de 2026, às 15h e após esclarecimentos prestados pela companhia, por e-mail, o Comitê de Auditoria Estatutário tomou conhecimento da versão final do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do segundo trimestre e respectivas notas explicativas, aprovados pela Diretoria Executiva em reunião realizada nesta data, bem como o relatório da TBRT Auditores Independentes S/S que o aprovou sem ressalvas.

Após análise desses documentos, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário recomendam ao Conselho de Administração a aprovação do “Segundo Informativo Trimestral - ITR/2026”, o qual é parte integrante desta ata.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, foi esta lida e aprovada por unanimidade pelos presentes.

São Paulo, 10 de agosto de 2026.

Comitê de Auditoria Estatutário:

JONATHAN MAZON - Presidente

GERALDO AFFONSO FERREIRA - Membro

ANDRÉ CASTRO CARVALHO - Membro

ANDRESSA ALOISI CYRILLO – Secretária de Governança Corporativa

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA
REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2026

DATA E LOCAL: 10 de agosto de 2026, às 10h, de forma presencial, na sede da Companhia.

PRESENCAS: Participaram da reunião os/as Srs/as: Marcelo Vieira Salles – Diretor Presidente, Walter Nyakas Junior – Chefe de Gabinete, Rafael Carvalho da Lavra – Diretor de Representação dos Empregados, Fernando Cesar Lorencini – Diretor de Gestão e Relacionamento com Investidores e Andressa Aloisi Cyrillo – Secretária de Governança Corporativa.

Presente como convidada, Sra. Claudia Andreia Bemí, gerente de controladoria.

ORDEM DO DIA: APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO 2º ITR/2026

O Sr. Diretor Presidente cumprimentou os presentes e passou a palavra ao Sr. Diretor de Gestão e Relacionamento com os Investidores e a Sra. Gerente de Controladoria para a apresentação dos resultados do 2º trimestre de 2026. Após a apresentação, a Sra. Gerente de Controladoria informou que o assunto da ordem do dia foi deliberado com os auditores independentes e com o Comitê de Auditoria Estatutário, tendo sido prestados os esclarecimentos devidos pela companhia. A Diretoria Executiva aprovou a versão final do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do segundo trimestre e respectivas notas explicativas e tomou conhecimento do relatório da TBRT Auditores Independentes S/S que o aprovou sem ressalvas.

Encerramento

Nada mais havendo a tratar, o 2º ITR/2026 foi aprovado pela Diretoria e os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, a ata foi lida e aprovada por unanimidade pelos presentes.

Marcelo Vieira Salles – Diretor Presidente

Rafael Carvalho da Lavra – Diretor de Representação dos Empregados

Fernando Cesar Lorencini – Diretor de Gestão e Relacionamento com Investidores

Andressa Aloisi Cyrillo – Secretária de Governança Corporativa

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA
REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2026

DATA E LOCAL: 10 de agosto de 2026, às 10h, de forma presencial, na sede da Companhia.

PRESENCAS: Participaram da reunião os/as Srs/as: Marcelo Vieira Salles – Diretor Presidente, Walter Nyakas Junior – Chefe de Gabinete, Rafael Carvalho da Lavra – Diretor de Representação dos Empregados, Fernando Cesar Lorencini – Diretor de Gestão e Relacionamento com Investidores e Andressa Aloisi Cyrillo – Secretária de Governança Corporativa.

Presente como convidada, Sra. Claudia Andreia Bemí, gerente de controladoria.

ORDEM DO DIA: APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO 2º ITR/2026

O Sr. Diretor Presidente cumprimentou os presentes e passou a palavra ao Sr. Diretor de Gestão e Relacionamento com os Investidores e a Sra. Gerente de Controladoria para a apresentação dos resultados do 2º trimestre de 2026. Após a apresentação, a Sra. Gerente de Controladoria informou que o assunto da ordem do dia foi deliberado com os auditores independentes e com o Comitê de Auditoria Estatutário, tendo sido prestados os esclarecimentos devidos pela companhia. A Diretoria Executiva aprovou a versão final do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do segundo trimestre e respectivas notas explicativas e tomou conhecimento do relatório da TBRT Auditores Independentes S/S que o aprovou sem ressalvas.

Encerramento

Nada mais havendo a tratar, o 2º ITR/2026 foi aprovado pela Diretoria e os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, em forma de sumário. Reabertos os trabalhos, a ata foi lida e aprovada por unanimidade pelos presentes.

Marcelo Vieira Salles – Diretor Presidente

Rafael Carvalho da Lavra – Diretor de Representação dos Empregados

Fernando Cesar Lorencini – Diretor de Gestão e Relacionamento com Investidores

Andressa Aloisi Cyrillo – Secretária de Governança Corporativa